



CRESCIMENTO ECONÔMICO, POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA NO ESTADO DO CEARÁ ENTRE 2000 E 2011

Economic Growth, Poverty and Income Inequality in Ceará State between 2000 and 2011

Lilian Lopes Ribeiro

Doutora em Economia e pesquisadora da FUNCAP da UFC/Sobral

Antônio Jorge Santana Cavalcante

Graduando do curso de Economia da UFC/Sobral

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o comportamento do crescimento econômico, da distribuição de renda e da pobreza no estado do Ceará entre o período de 2000 e 2011, utilizando como estratégia metodológica uma análise comparativa dos indicadores Produto Interno Bruto, Índice de Gini e Proporção de Pessoas em Extrema Pobreza entre o Ceará, a região Nordeste e o Brasil. Dentre as conclusões, pôde-se constatar que o Ceará apresentou um desempenho levemente superior nos indicadores de crescimento e de desigualdade de renda ao longo do período analisado comparado com o Nordeste e o Brasil. Entretanto, tal desempenho não foi capaz de reduzir a pobreza em uma proporção maior que a redução observada pelo Nordeste e para o Brasil como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: crescimento pró-pobre, pobreza, desigualdade.

ABSTRACT

This article aims to analyze the behavior of economic growth, income distribution and poverty in the state of Ceará between the period 2000 and 2011, using as a methodological strategy a comparative analysis of indicators GDP, Gini Index and Ratio people in extreme poverty between Ceará, Northeast and Brazil. Among the findings, it was noted that Ceará presented a slightly better performance in the growth indicators and income inequality over the analysis period compared with the Northeast and Brazil. However, this performance was unable to reduce poverty in a higher proportion than the reduction observed in the Northeast and for Brazil as a whole.

KEYWORDS: pro-poor growth, poverty and inequality.

1. INTRODUÇÃO

Existe uma relação de completude entre pobreza, crescimento econômico e desigualdade de renda, e é essa completude que proporciona as condições necessárias para se identificar em qual magnitude o aumento da renda ou a redução da desigualdade impactariam na redução da pobreza (BORGUIGNON, 2002). Diversos autores tem estudado tal relação no Brasil. São estudos que utilizam como meio de inerência as mais variadas metodologias para identificar um único fim, se o crescimento econômico tem sido pró-pobre, ou seja, a favor dos pobres.

Discutir e analisar o que se convencionou chamar de tripé macroeconômico é requisito necessário, não somente, para analisar o quão tem sido eficiente ou não o crescimento econômico e a distribuição de renda para a redução da pobreza ao longo do tempo, mas como também para analisar os efeitos de tal inter-relação para um futuro próximo.

Desse modo, esse artigo tem por objetivo fazer uma análise do crescimento econômico, da distribuição de renda e da pobreza no estado do Ceará entre o período de 2000 e 2011, utilizando como metodologia um estudo comparativo dos indicadores Produto Interno Bruto, Índice de Gini e Proporção de Pessoas em Extrema Pobreza entre o Ceará, a região Nordeste e o Brasil.

O quão eficiente tem sido o crescimento econômico no Ceará, o quão desigual tem sido a renda nesse estado e o quão pobre tem sido a sua pobreza são questionamentos que esse trabalho procura responder.

2. O QUÃO EFICIENTE TEM SIDO O CRESCIMENTO?

O crescimento econômico é uma das variáveis que guarda estreita relação com a pobreza, pois, se ocorre crescimento, a tendência é que a pobreza diminua. Na maioria das vezes costuma-se usar duas opções como forma de medir o crescimento econômico. A saber, o Produto Interno Bruto (PIB) ou a renda média.

Além da metodologia da Curva de Crescimento-Pobreza de Son (2003), a elasticidade-renda ou elasticidade-crescimento de Kakwani e Pernia (2000) se apresentam como uma das formas alternativas de medir a relação entre o crescimento econômico e a redução da pobreza. Se ocorrer elasticidade na relação mencionada, políticas públicas de combate à pobreza

baseadas no crescimento econômico são mais eficientes. Caso contrário, sendo esta elasticidade inexpressiva, estratégias de redução da pobreza mais adequadas deveriam envolver uma combinação de crescimento econômico com algum tipo de redistribuição de renda (MARINHO; ARAÚJO, 2010).

Outros estudos se preocupam, de maneira diferente da anterior, pois buscam mostrar uma explicação para o crescimento econômico influenciando na pobreza baseada no volume de gastos públicos. Aschauer (1989), por exemplo, ao analisar a relação dos gastos públicos com o crescimento econômico, foi um dos primeiros a associar a ideia de que, por meio da produtividade do setor privado, os gastos públicos podem vir a elevar o crescimento econômico e assim reduzir a pobreza em última instância. Ele utilizou dados da economia dos EUA e, ao estimar por MQO (Mínimos Quadrados Ordinários) qual o efeito do gasto público sobre o PIB da economia, obteve que seria possível um aumento de 0,36 a 0,39 no produto, com o aumento de 1% no capital público.

Já no modelo desenvolvido por Barro (1990), o gasto público é incorporado à função de produção para determinar seu efeito sobre o produto da economia. Para este autor, a produtividade do setor privado e a acumulação de capital da economia são influenciadas pela estrutura e a eficiência na provisão de bens e serviços públicos, algo que findaria em redução da pobreza.

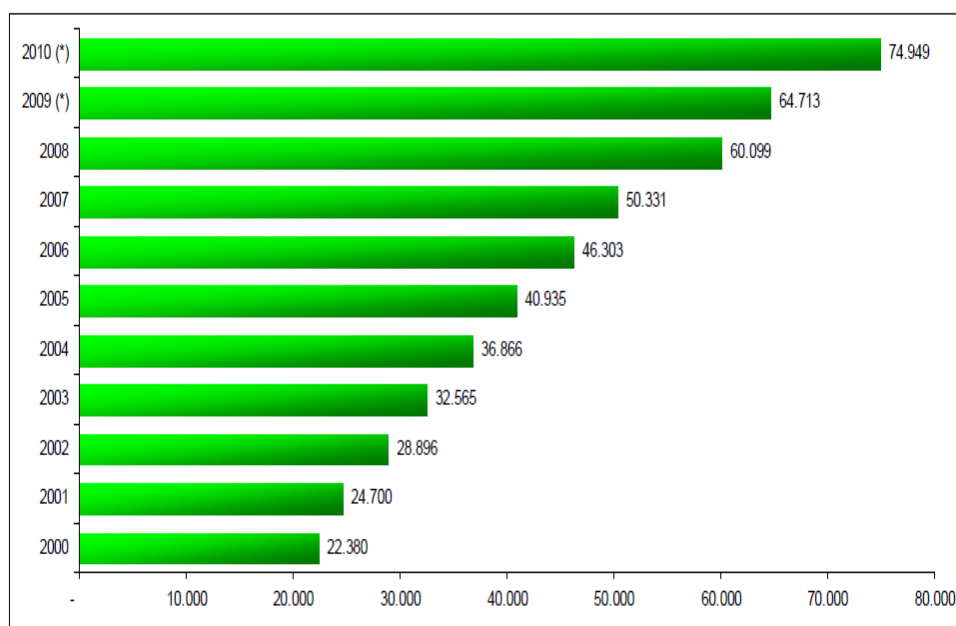
Em outro trabalho, Barro (1991) argumentou que os gastos com defesa e educação são considerados produtivos e eficientes para desencadear um processo de diminuição da proporção de pobres. Isso se daria uma vez que, ao proteger os direitos de propriedade através de gastos com segurança, o investimento e o crescimento aumentam, enquanto os gastos com educação deveriam ser compreendidos como investimento em capital humano.

Santos (2008), em trabalho realizado com os municípios do estado do Ceará, conclui que os gastos públicos com capital humano representavam maior retorno ao PIB *per capita*, sugerindo uma relação positiva entre maior investimento em educação e crescimento econômico na região e uma relação inversa com a pobreza.

De forma a captar a evidência exposta acima, para a realidade do Ceará, são apresentados na Figura 01 os valores correntes do PIB a preço de mercado no Ceará na última década. Espera-se que a medida que o PIB evolua, o crescimento econômico também aconteça. De fato, é possível perceber, da análise da referida figura que, no último ano, teve-se um Produto Interno Bruto de aproximadamente 75 (setenta e cinco) bilhões de reais,

representando um crescimento nominal de mais de 10 (dez) bilhões em relação ao ano anterior. É de fácil percepção, também, que o Ceará obteve um crescimento linear do seu PIB. Logo, constata-se que o crescimento econômico vem acontecendo no decorrer dos últimos anos e que esse crescimento tem sido linear.

Figura 1. Valores Correntes do PIB a Preço de Mercado no Ceará entre 2000 e 2010 (em milhões).

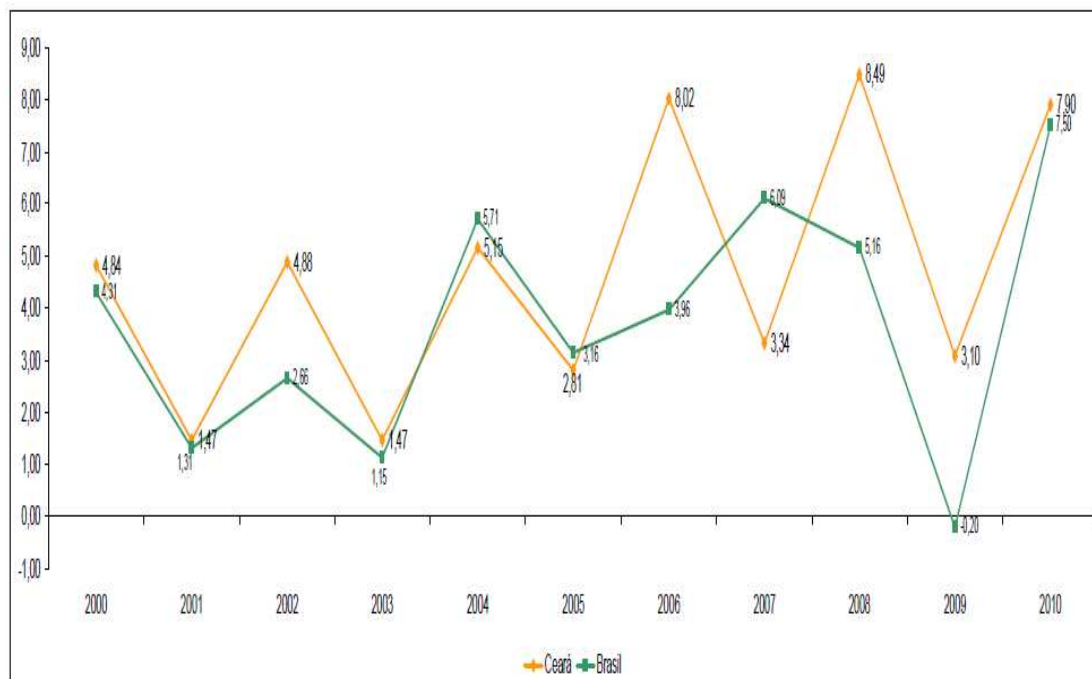


Fonte: IBGE e IPECE.

(*) Os valores de 2009 e 2010 estão em milhões de Reais do ano corrente. São valores preliminares e podem sofrer alterações. Utilizou-se para a estimativa do PIB pm do Ceará, de 2010, o deflator do Brasil, 7,34%.

Ainda na mesma perspectiva, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) apresentados na Figura 2 revelam que, se forem comparados o desempenho da economia cearense e brasileiro em toda a década, percebe-se que, de um modo geral, ambos seguem a mesma trajetória, exceto no ano de 2007, no qual o Ceará apresentou um declínio de crescimento, enquanto o país permaneceu em processo de expansão.

Figura 2. Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto a Preços Constantes para o Ceará e Brasil entre 2000 e 2010 (em %).



Fonte: IBGE e IPECE.

(*) Os valores de 2009 e 2010 são preliminares e podem sofrer alterações.

(**) Valores de 2006 e 2009 foram revisados.

Em contrapartida, no auge da crise mundial em 2009 a economia cearense cresceu 3,10% enquanto que o Brasil como um todo obteve um crescimento negativo (-0,20%) de para esse mesmo ano. Os dados revelam ainda que o crescimento médio do PIB do Ceará ao longo dos dez anos analisados foi maior que o da média brasileira, 4,5 e 3,5% respectivamente.

3. O QUÃO DESIGUAL TEM SIDO A RENDA?

A desigualdade de renda é um dos pilares do entendimento do que se pode fazer para melhorar qualidade de vida de qualquer país. Se forem analisados os diversos trabalhos que abordam o assunto, ver-se-á que tornar a distribuição de renda mais justa traz benefícios e ganhos, não apenas para os menos favorecidos, mas também para todos de maneira geral. Além disso, ajuda no progresso do crescimento econômico. Ainda há de se considerar o fato de que, conforme expõe Bourguignon (2002) e Ravallion (1997), a redução da desigualdade de renda é um instrumento importante na redução da pobreza. Em contrapartida, a redução da

pobreza pode ser alcançada com mais rapidez quando se tem uma distribuição de renda mais justa (BARRETO, 2005).

Percebe-se que a busca por soluções que venham a sanar a desigualdade, o que geralmente se faz através de políticas públicas, além de resolver o problema específico, ainda pode atingir outras metas de política econômica, como o aumento do crescimento e da diminuição da pobreza. Ainda mais se considerar que a pobreza apresenta maior sensibilidade em relação à desigualdade do que ao crescimento para muitos casos analisados (MARINHO; SOARES, 2003).

Segundo Stewart (2000) e Fosu (2010), uma elevada desigualdade de renda proporciona instabilidade política, incerteza, menores investimentos e baixos níveis de crescimento. Embora essa preocupação com a desigualdade só tenha vindo a ser uma pauta importante na política do governo na última década, após os grandes problemas enfrentados com a inflação inercial existente no Brasil, se o país almeja um crescimento de fato, terá que estar preparado para vencer os problemas citados anteriormente.

Através dos dados disponíveis é possível observar que a década de 2000 trouxe saldos realmente positivos para a desigualdade no Brasil. A análise do índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda domiciliar *per capita*, permite mostrar que houve uma redução da concentração de renda durante os últimos anos. Fazendo um estudo comparativo em relação aos resultados alcançados no Ceará com os do Nordeste e Brasil, pode-se notar, não só as melhoras alcançadas pelo Ceará, como o seu desempenho diante dos demais componentes da federação, conforme mostrado na Figura 3. Assim sendo, percebe-se que o Ceará apresentou a maior redução na desigualdade, que foi da ordem de 12,08%, contra 11,31%, e 9,58%, do Brasil e Nordeste, respectivamente.

Figura 3. Índice de Gini no Brasil, Nordeste e Ceará entre 2001 e 2011.



Fonte: IBGE/PNAD.

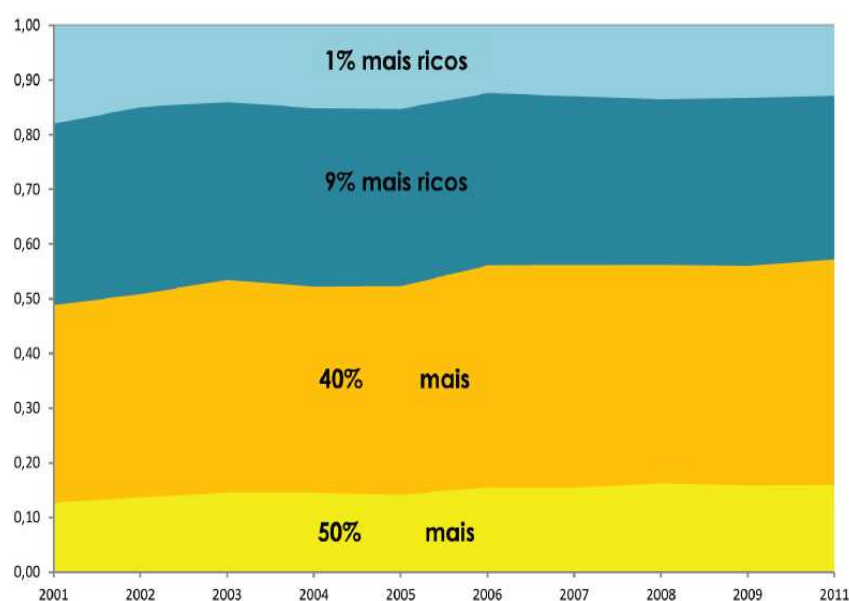
Fica evidente, de acordo com os dados da Figura 3, que a desigualdade de renda no Ceará vem oscilando nos últimos tempos. Têm-se maiores índices de redução entre 2001 e 2003 e entre 2004 e 2006, e as perdas ficam visíveis nos anos de 2004 e 2009. Essas oscilações na trajetória do índice de Gini podem ser explicadas pelo comportamento da desigualdade nas diferentes áreas geográficas do Estado.

Outra análise da desigualdade, agora sobre o prisma das regiões geográficas do Ceará, mostra que ela tem apresentado significativa queda para a região metropolitana de Fortaleza e uma queda não tão expressiva para a zona rural e urbana nos últimos anos. Para ter uma ideia, ao longo do período de 2000 a 2011, a desigualdade caiu 17,48% na região metropolitana, 9,34% na zona rural e aumentou 4,83% na zona urbana, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Outra forma de se analisar como se comporta a desigualdade é através da observação da proporção da renda apropriada pelos percentis da população. Perceba pela Figura 4 que no Ceará, essa proporção caiu para as camadas mais ricas. Em contrapartida, a parcela apropriada

pelos mais pobres alcançou crescimentos positivos. Em 2001, os 10% mais ricos se apoderavam de mais de 51% de toda a renda, enquanto a parcela destinada aos 50% mais pobres era de quase 13%. Em 2011, a participação dos mais ricos passou a ser de menos de 43%, enquanto a parcela dos pobres aumentou para 16% (IBGE, 2012).

Figura 4. Proporção da Renda Acumulada por Percentis da População no Estado do Ceará entre 2001 e 2011.



Fonte: IBGE/PNAD.

Diante das evidências apresentadas, sobretudo pela Figura 3, sobre a desigualdade de renda no estado do Ceará, a análise comparativa entre esse estado com a região Nordeste e o Brasil apontam para um desempenho levemente superior do Ceará em relação as duas outras regiões observadas. Entretanto é válido ressaltar que apesar do leve desempenho da distribuição de renda apontado pelo índice de Gini nos últimos anos, o Ceará continua integrando o grupo dos estados com maior concentração de renda do Brasil, ao lado de demais unidades federativas do Nordeste brasileiro.

4. O QUÃO POBRE TEM SIDO A POBREZA?

A pobreza é um fenômeno multidimensional, sendo assim, existem múltiplas definições e formas de avaliá-la. Entretanto, tradicionalmente, a pobreza é definida como privação material, medida pela renda ou consumo do indivíduo ou da família. Neste caso,

fala-se de pobreza extrema ou absoluta diante da insuficiência de rendimentos para satisfazer as necessidades alimentares básicas de uma pessoa, sendo, muitas vezes, expressas em termos de requisitos calóricos mínimos. Além disso, há a definição de pobreza geral ou relativa, que é a insuficiência de renda para satisfazer necessidades alimentares básicas e necessidades não básicas, ou seja, vestuário, habitação e energia (UNDP, 2000). Na literatura brasileira, existem vários trabalhos com essa abordagem, como, por exemplo, Rocha (2000), Hoffman (1998), Barros, Carvalho e Franco (2003) e Barreto (2005), entre outros.

Em 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estabeleceu o valor de renda familiar mensal de R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoa, como linha de miséria, quando do lançamento do Programa de Erradicação da Extrema Pobreza do Governo Federal. Diante dessa adotada linha de extrema pobreza, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou um conjunto de dados relativos à população e aos domicílios particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* inferior a setenta reais.

De acordo com esses dados, o estado do Ceará possuía, em 2010, cerca de 1.502.924 (um milhão, quinhentos e dois mil e novecentos e vinte e quatro) moradores residentes em domicílios com rendimentos mensais por pessoa que não ultrapassavam o valor de R\$ 70,00 (IBGE, 2010). Isso significa que 17,8% da população cearense foi classificada como miserável, com base no parâmetro estabelecido pelo MDS. Em termos proporcionais, o Ceará é o sétimo estado da federação com maior percentual de pessoas nessa condição. Já em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar *per capita* (9,24%) estão localizados no Ceará. Sendo assim, o Estado é o terceiro do Brasil com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis, atrás apenas da Bahia (14,80%) e do Maranhão (10,40%).

Dados do IBGE (2012) revelam que a incidência de pobreza é mais elevada na região Nordeste, e o estado do Ceará apresenta taxas de pobreza em um nível muito acima da média brasileira. Ao utilizar a base de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras em Domicílio) do IBGE (2012) percebeu-se que, enquanto o Brasil como um todo apresentou entre os anos de 2001 e 2011 uma redução de 38,9% nos níveis de pobreza, o Ceará reduziu sua proporção de pobres em 31,3%, um pouco acima da região Nordeste que apresentou uma redução de 30,3%, contudo abaixo da média brasileira.

Analisando a pobreza sobre o aspecto zonal do Estado do Ceará, o que se nota é que a zona rural apresenta o maior percentual de pessoas pobres, enquanto a região metropolitana de Fortaleza (RMF) apresenta um percentual inferior à média nacional. Ainda é possível verificar que esse abismo social tem aumentado ao longo do tempo, devido à redução mais acentuada da pobreza na RMF (38,5%) e na zona urbana (33,4%), enquanto a zona rural apresenta a menor redução (20,2%), conforme já ressaltado anteriormente. É o que pode ser constatado na Figura 5.

Figura 5. Percentual de Pessoas em Condição de Pobreza por Área Geográfica no Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD.

Em julho de 2010, quando o Governo Federal determinou a fixação da linha de extrema pobreza no valor de R\$ 70,00 *per capita*, comprometeu-se a erradicá-la até 2014. Portanto, é de suma importância acompanhar a evolução deste indicador para verificar se a meta foi ou está sendo atingida. A evolução desse indicador, entre o período de 2001 e 2011, pode ser visualizada pela Tabela 1.

Tabela 1. Proporção de Pessoas em Extrema Pobreza no Brasil, Nordeste e Ceará entre 2001 e 2011 (em %).

Período	Brasil	Nordeste	Ceará
2001	11,2	22,2	22,4
2002	10,0	20,7	20,0
2003	11,4	22,9	21,6
2004	9,1	19,3	18,8
2005	7,5	16,4	17,5
2006	6,4	14,2	15,0
2007	6,2	13,5	14,3
2008	5,1	11,1	0,3
2009	5,2	11,0	10,9
2011	4,8	10,2	10,1

Fonte: IBGE/PNAD (2012).

Os dados acima evidenciam que o percentual de pessoas em extrema pobreza tem reduzido ao longo do tempo, mas a diferença entre as taxas de extrema pobreza do Nordeste e do Ceará em relação ao Brasil se mantém elevada. O Brasil reduziu em 57,6% o percentual de pessoas em extrema pobreza, enquanto o Nordeste brasileiro e o estado do Ceará reduziram em 54,2% e 54,6%, respectivamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo fazer uma análise do crescimento econômico, da distribuição de renda e da pobreza no estado do Ceará entre o período de 2000 e 2011, utilizando como metodologia um estudo comparativo dos indicadores Produto Interno Bruto, Índice de Gini e Proporção de Pessoas em Extrema Pobreza entre o Ceará, a região Nordeste e o Brasil. Comprovadamente três macro variáveis fundamentais para a busca do desenvolvimento econômico de qualquer sociedade no mundo.

Pôde-se constatar que o Ceará apresentou um desempenho levemente superior nos indicadores de crescimento e de desigualdade de renda ao longo do período analisado

comparado com o Nordeste e o Brasil. Entretanto, tal desempenho não foi capaz de reduzir a pobreza em uma proporção maior que a redução observada pelo Nordeste e para o Brasil como um todo. Tal constatação sugere o crescimento econômico de regiões com elevada concentração de renda tende a ser pouco eficaz no combate à pobreza, corroborando, portanto, com diversos estudos empíricos já realizados no Brasil e no mundo sobre o tema.

Nesse sentido, reduzir a pobreza no Ceará requer não somente políticas públicas de incentivo ao crescimento econômico, como também a aplicação efetiva de estratégias que visem um processo de desconcentração de renda mais acelerado e eficiente. Medida essa que beneficiaria uma maior redução na pobreza, tanto via crescimento econômico, quanto por meio da redistribuição de renda.

REFERÊNCIAS

ASCHAUER, D. Is public expenditure productive? **Journal of Monetary Economics**, v. 23, p.177-200, 1989.

, F.A.F.D. **Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade: O que Sabemos Sobre eles?** Série Ensaio Sobre Pobreza, n.1, LEP/CAEN, Fortaleza, 2005.

BARRETO, F. A. F. D. **Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade: O que Sabemos Sobre eles?** Série Ensaio Sobre Pobreza, n.1, LEP/CAEN, Fortaleza, 2005.

BARRO, R.J. Economic growth in a cross-section of countries. **The Quarterly Journal of Economics**, v.106, p.407- 444, 1991.

BARRO, R J. Government spending in a simple model of endogenous growth. **The journal of Political Economy**, v.98, n.5, p.103-125,1990.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **O índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Texto para discussão 986. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003.

BOURGUIGNON, F. **The Growth Elasticity of Poverty Reduction: Explaining Heterogeneity across Countries and Time Periods**. em: Eicher, T. e S. Turnovsky, *Inequality and Growth: Theory and Policy Implications*. Cambridge: The MIT Press, 2002.

FOSU, A. K. **Growth, Inequality, and Poverty Reduction in Developing Countries: Recent Global Evidence**. UN University-World Institute for Development Economics Research (UNUWIDER). Version: September, 2010.

HOFFMAN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível na internet: www.ibge.gov.br, acessado dia 12/12/2013.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Anuário estatístico do Ceará 2010**. Disponível na internet: www.ipece.ce.gov.br, acessado dia 21/11/2013.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **INDICADORES SOCIAIS DO CEARÁ 2011**. Disponível em: www.ipece.com.gov.br. Acesso em 15.12.2013.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **ESTIMATIVA DO PIB CEARENSE EM 2010 E SEU DESEMPENHO SETORIAL**. Disponível em: www.ipece.com.gov.br. Acesso em 15.12.2013.

MARINHO, E.; ARAÚJO, J. **Pobreza e o Sistema de Seguridade Social Rural no Brasil**. Revista Brasileira de Economia, v. 64, n. 2, p. 161–174, 2010.

MARINHO, E.; SOARES, F. **Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2003.

RAVALLION, M.; CHEN, S. **What can new survey data tell us about recent changes in distribution and poverty?** World Bank Economic Review, v.11, n.2, p.357-382, 1997.

ROCHA, S. **Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil**. In: Henriques, Ricardo (org). Desigualdade e pobreza no Brasil. RJ: IPEA, 2000.

SANTOS, R.C.L. **O efeito do gasto público sobre o PIB dos municípios cearenses**. Dissertação (Mestrado em Economia) UFC. Fortaleza, 2008.

STEWART, F. **Distribuição de renda e desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 27p. 2000.

UNDP - **United Nations Development Program. Poverty Report**, 2000.

Este trabalho foi financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq.